

EIXO CAPITAL



ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

: Ed Alves/CB/D.A Press - 29/3/21



Ministério Público vai investigar fura-fila de vacinas na PM

Acatando uma recomendação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), a Secretaria de Saúde do DF restringiu o uso das doses remanescentes dos frascos de vacinas contra covid-19, as chamadas xepas, para integrantes das forças de segurança que estão na linha de frente do combate à pandemia. São os policiais que exercem atividades de rua, que prestam serviços de fiscalizações às aglomerações, nas distribuições e escoltas das vacinas, na segurança e manutenção da ordem nos postos de vacinas, nos atendimentos pré-hospitalares, dentre outras ações. Ou seja, no trabalho mais hard de segurança. Não é o caso do comandante-geral da PM nem mesmo de oficiais que atuam em gabinetes. Por isso, o coronel Julian Rocha Pontes perdeu o comando-geral da PM, exonerado pelo governador Ibaneis Rocha, e ainda pode responder penal e civilmente na Justiça por furar a fila da imunização contra o novo coronavírus. Autor da recomendação que deu origem à circular sobre as xepas, o Promotor de Justiça Clayton Germano vai abrir uma investigação para apurar a conduta do ex-comandante. "A meu ver, foi ilegal. As doses remanescentes, ou seja, de frascos abertos e não totalmente utilizadas, são destinadas aos policiais militares que estão nas ruas correndo riscos. Não me parece ser o caso do comandante-geral", afirma o promotor que atua no 2ª Promotoria de Defesa da Saúde. A investigação pode levar a ações de improbidade administrativa.

Quase 3 mil casos

Boletim da Secretaria de Saúde aponta que houve 2.937 casos de infecção pelo novo coronavírus nas forças de segurança pública do DF e 37 mortes, sendo pelo menos 20 de policiais militares.

Alívio a Advogados

A crise financeira decorrente da pandemia não poupa ninguém. Profissionais de direito, inclusive. Pelo menos é o que argumenta o advogado Guilherme Campelo em um ofício encaminhado à OAB-DF em que sugere que a entidade dispense a última parcela da anuidade dos associados. "Nossa categoria não é composta apenas de grandes bancas. Há muitos pequenos escritórios, e qualquer alívio nas contas é válido", argumenta Campelo, que já havia encaminhado a sugestão no ano passado, mas reforçou o pedido, com o agravamento da pandemia e a consequente diminuição da atividade econômica.

Justiça e emprego

A desembargadora Ângela Catão, do TRF-1, está em alta com o setor privado. Foi ela que derrubou a liminar obtida pela Defensoria Pública da União para prorrogar o lockdown no Distrito Federal. A nova decisão permite a reabertura do comércio, seguindo todos os protocolos.

Volta por cima

Na avaliação de empresários, o prolongamento do lockdown agravaria o desemprego e, por consequência, a crise social e sanitária. "Autoridades precisam entender que, no setor privado, patrão e empregado não têm salário garantido nem estabilidade. Boa parte teve os ganhos reduzidos ou perderam emprego, é preciso reverter isso, após um ano de pandemia", diz um líder varejista. Mas a posição do empresariado esbarra nos números da pandemia.



À QUEIMA-ROUPA

DEPUTADO HERMETO (MDB)



Minerário Junior/CB/D.A Press - 20/11/19

Líder do governo na Câmara Legislativa

Você pediu a demissão do comandante-geral da PM?

Infelizmente foi preciso. A conduta dele em relação à vacinação foi imperdoável. Ele, mais do que ninguém, sabe o quanto lutamos para que os policiais fossem inseridos no cronograma prioritário de vacinação, para proteger a tropa que está na rua, na linha de frente e tem sido dizimada por esse vírus. Ter furado a fila foi um absurdo.

Causou revolta na tropa?

Isso causa revolta em qualquer pessoa, seja policial ou não. Não é hora de individualismo e ele como representante da tropa deveria ter dado o exemplo.

Como fica agora a segunda dose? Os oficiais também vão tomar antes dos praças?

Quero acreditar que esse caso do comandante-geral e desses outros oficiais tenha sido uma exceção. Por isso, acredito que com a troca do comando, as coisas vão acontecer da forma correta, como a aplicação da segunda dose.

Foi um gesto de egoísmo?

Foi mais que isso, foi desumano com a tropa e com a família de todos que estamos perdendo na PMDF nos últimos dias.

Quando começa a vacinação para todos?

A partir da próxima segunda-feira a Secretaria de Saúde já deve começar a vaciná-los.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

INVASÃO / Com a decisão, DF Legal pode prosseguir com a derrubada de ocupação em área próxima ao CCBB, onde vivem 34 famílias. De acordo com o GDF, cresce o número de pessoas que estão montando barracos no local

STJ autoriza desocupação

» PEDRO MARRA

Após uma liminar ter impedido a remoção de barracos próximos ao Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB), o ministro Humberto Martins, presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), autorizou a desocupação do local. A decisão será publicada na terça-feira. Cerca de 90 pessoas, que compõem 34 famílias, moram na região, a 1km do Palácio do Planalto. Na última segunda-feira, uma operação da Secretaria de Prote-

ção da Ordem Urbanística do Distrito Federal (DF Legal) começou a derrubada de diversos barracos no assentamento na L4 Norte. Tratores, viaturas e caminhões foram utilizados na ação. O pedido de remoção dos barracos foi feito pelo GDF contra uma ação civil ajuizada pela Defensoria Pública para impedir despejos no período de pandemia da covid-19.

O GDF afirmou que, em março de 2020, deu início a uma ação de remoção de oito barracos no local, e mesmo antes da liminar deferida em favor da manutenção

da ocupação, outros 34 foram removidos, demonstrando que a área continua sendo ocupada por um número cada vez maior de pessoas. De acordo com um levantamento feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes), no fim de 2020, 1,8 mil pessoas estão nesta situação de vulnerabilidade no Distrito Federal.

Famílias de catadores de materiais recicláveis sobrevivem na ocupação há mais de 14 anos. Havia no local, inclusive, uma escola para crianças, feita de madeira pelos próprios ocupantes, que con-

tavam com aulas voluntárias de professores. Na última operação de desocupação, a estrutura da Escolinha do Cerrado foi destruída.

Segundo o ativista dos direitos humanos Thiago Ávila, 34 anos, que desde o começo da pandemia atua como voluntário na região, a autorização do STJ fere direitos fundamentais. "Estou na ocupação neste momento, e na nossa avaliação, a decisão é desumana. Essas famílias têm todos os direitos negados, como direito à moradia, à saúde, trabalho, educação das crianças em meio à pandemia".

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press - 22/3/21



Na última segunda-feira, DF Legal derrubou barracos no local

ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO

Trabalhadores são resgatados

Seis trabalhadores agrícolas vindos do estado do Piauí e um outro de Alexânia, Goiás, foram resgatados pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal (MPTDF) de uma chácara de cultivo de hortaliças, na região de Vicente Pires, por estarem sob

condições análogas ao trabalho escravo. As atividades dos trabalhadores envolviam a aplicação de agrotóxicos, prática que pode ser prejudicial à saúde, e eles ainda residiam no local.

Durante a fiscalização dos auditores-fiscais do trabalho,

em 25 de março, incluindo área de produção, alojamento e moradias dos trabalhadores, foram identificados fatores de risco graves de acidentes ou doenças do trabalho. Alguns exemplos foram: uso de agrotóxicos por trabalhador não capacitado, ar-

mazenamento de agrotóxicos em local não apropriado, não fornecimento de equipamentos de proteção individual, falta de orientação sobre os riscos e formas de prevenção com relação ao risco de contaminação por agrotóxicos, além de instalação

perigosa de fossa séptica com risco de queda e instalações elétricas expostas.

Um dos trabalhadores relatou no processo que estava exercendo atividades no local desde março de 2019, com salário de R\$ 1.300. Outro disse que trabalhava de domingo a domingo, com folga aos sábados e domingos a cada 15 dias. A jornada era das 7h às 18h, com uma hora de intervalo, a não ser

na época de colheita em que o trabalho se estendia até as 20h. Foi relatado ainda que os agrotóxicos ficam em local aberto e que até crianças tinham acesso ao local, apesar de serem advertidas para não se aproximar.

A chácara foi interdita totalmente. A suspensão da penalidade só será tomada se o empregador comprovar a regularização de todos os itens apontados no relatório dos fiscais.